



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001556-82.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP

ASSUNTO: Análise de possibilidade de prorrogação – Contrato  
08/2018/TRE/RO – Serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema  
de climatização do Edifício-sede e do Anexo II – Contratada: J FECCHIO  
JUNIOR.

**PARECER JURÍDICO Nº 0421804 / 2019 - PRES/DG/AJDG**

**I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa J FECCHIO JUNIOR, CNPJ nº 24.977.471/0001-15, para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, do sistema de climatização instalados nos prédios edifício-sede e do Depósito de Urnas (Anexo II) do TRE-RO, localizados em Porto Velho-RO, dimensionada para **12 (doze) meses**, a partir de **20/06/2018**, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no **Contrato Administrativo nº 08/2018/2018** ([0301448](#)), atualmente em execução.

**02.** Inicialmente, o interesse de prorrogação do contrato citado e seu reajuste veio aos autos por meio da Manifestação nº 729/2019-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0414019](#)) que foi recebida pelo secretário de administração, orçamento, finanças e contabilidade, determinando a informação da disponibilidade orçamentária para o custeio da prorrogação, a elaboração da Minuta do Termo Aditivo e sua respectiva análise pela Assessoria Jurídica, conforme Despacho nº 2000/2019-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0414583](#)).

**03.** Em seguida, o coordenador de orçamento, finança e contabilidade encaminha os autos a Seção de Programação Orçamentária e Financeira para atender o despacho citado, registrando que a reserva orçamentária do montante de R\$ 114.116,40, correspondente ao saldo planejado para despesas com este serviço disponível para o exercício de 2018. Informa, também, que não é possível programação e consequente reserva orçamentária da diferença de R\$ 151.344,73, pois depende de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2020, tramitando no processo



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nº [0000737-77.2019.6.22.8000](#) com previsão de R\$ 174.000,00 destinados a despesas com objeto da contratação, conforme Remessa COFC ([0414632](#)).

**04.** Assim, juntou-se a programação orçamentária no valor de R\$ 114.116,40, oportunidade na qual informou o pré-empenho n. 2019PE000110 e que a despesa pretendida pela administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([0414652](#)).

**05.** A fim de atender as Solicitações de Diligência da SECONT sobre o reajuste ([0415238](#) e [0416683](#)), a unidade gestora juntou a Manifestação nº 856/2019 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/ SEMAP ([0420055](#)), desconsiderando a Manifestação inicial ([0414019](#)) e a Manifestação n. 796/2019 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0417582](#)).

**06.** Sobre a prorrogação, o chefe da SEMAP noticiou o término da vigência do Contrato em comento, o interesse da Administração pela sua manutenção e a vantajosidade da prorrogação. Ressalta-se que a cotação de preço nº 001/2019 – SEMAP ([0410376](#)) elaborada pelo setor não obteve sucesso na quantidade de preços coletados, pois o mercado é restrito.

**07.** Ainda, nesta manifestação ([0420055](#)), informou sobre a solicitação de reajuste feita pela contratada, conforme Ofício nº 002/2019-TER ([0410362](#)) e que a variação acumulada do índice previsto no Ajuste (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA) por período (abril/2018 a abril/2019) é de 5,17144%, restando, portanto, no valor anual atualizado do Contrato de R\$ 265.461,12 (duzentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e um reais e doze centavos).

**08.** Por fim, após apontar suas justificativas, a unidade gestora manifestou-se pela prorrogação do Contrato nº 8/2018 ([0301448](#)) por mais 24 meses, no valor de R\$ 530.922,24 (quinhentos e trinta mil novecentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos) e pelo pagamento de fatura complementar referente ao período entre 04/04/2019 a 20/06/2019.

**09.** Registra-se que a contratada se manifestou **favoravelmente à prorrogação do contrato**([0410362](#)).

**10.** No Despacho nº 2301/2019 – PRE/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0420204](#)), o secretário da SAOFC tomou ciência da manifestação acima relatada e encaminhou os autos a SECONT para continuidade do feito. Por sua vez, esta seção juntou a minuta do termo aditivo n. 01 ao Contrato n. 08/2018 ([0420277](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**11.** Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico, consoante Remessa SECONT [0420320](#). **É o necessário relato.**

## **II – DA PRORROGAÇÃO**

**12.** A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, **exceto** quanto aos relativos:

I – (...)

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original).

**13.** Conforme relatado na Manifestação nº 856/2019 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0420055](#)), o Chefe da SEMAP registrou a necessidade de prorrogação, por mais 24 meses, do Contrato nº 08/2018 ([0301448](#)), cujo objeto é a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização do edifício-sede e do Anexo II deste Tribunal, da marca Mitsubishi, do tipo Expansão Direta VRF – MULTI-SPLIT. Nesse contexto, deve se analisar se o referido caso concreto preenche os requisitos previstos do dispositivo legal citado.

**14.** O primeiro requisito para se permitir a prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de **forma contínua**. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo à integridade dos equipamentos componentes do sistema de climatização deste Regional, bem como à própria atividade desempenhada por este órgão, pois o calor excessivo da região afetaria negativamente o desempenho dos servidores e, conseqüentemente, o eleitor também teria um atendimento menor qualidade. Vejamos a classificação da Corte de Conta:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010*, pág. 772).

**15.** O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva - **“iguais e sucessivos períodos”**. O presente contrato, vigente a partir de 20/06/2018 (data de sua assinatura), com prazo de duração de 12 (doze) meses, poderá ser prorrogado pela primeira vez, à conveniência da Administração, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

**16.** No tocante a necessidade de prorrogação por períodos iguais, o doutrinador Marçal Justen Filho (2010, p. 730) indica a falta de razoabilidade em interpretar o dispositivo em questão literalmente, *in verbis*:

**É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a “iguais”. Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de renovação por período idêntico.** Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for “simpático”. Mais ainda, reputar que as renovações deveriam ter necessariamente a mesma duração prevista para o período inicial do contrato equivale a privilegiar o método de interpretação literal (gramatical). Não é possível localizar uma única razão lógico-jurídica para essa solução. Mais ainda, essa solução hermenêutica pode gerar dificuldades insuperáveis, sem trazer qualquer benefício para o cumprimento por parte do Estado de suas funções. Um exemplo simples permite compreender a questão. Suponha-se um contrato, sujeitável ao art. 57, II, que seja pactuado no mês de outubro. Admitindo-se a regra da impossibilidade de contratação além da vigência do crédito orçamentário a que se subordinar, a contratação teria de fazer-se por três meses. Aplicar literalmente o art. 57, II, conduziria ao dever de a Administração produzir sucessivas renovações a cada três meses. Isso não traria benefício algum para as partes, apenas problemas. Ora, qual o impedimento lógico-jurídico a que a Administração contrate por três meses e, no início do exercício orçamentário posterior, promova a renovação por doze meses? Nenhum princípio ou dispositivo legal seria sacrificado. O único obstáculo é o teor literal do art. 57, II. Lembre-se, no entanto, que esse dispositivo teve a sua redação sucessivamente alterada e sua consolidação ocorreu antes da LRF. Portanto, o princípio da razoabilidade conduz à admissão de renovações por período superior ou inferior ao inicialmente pactuado, especialmente tendo em vista as limitações do exercício orçamentário<sup>1</sup> (sem grifos no original)

**17.** Tal posicionamento também consta na decisão do TCU, no Acórdão n. 551/2002 – Segunda Câmara:

**9.** Cabe asseverar, contrariando o entendimento contido na instrução, que a tese defendida por esta Corte de Contas e pela doutrina reinante sobre a matéria é que, **na renovação, não fica a entidade obrigada a respeitar o mesmo prazo da**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**contratação original.** Pois, mesmo que o texto da norma aluda a “iguais períodos” a leitura muito restrita da norma traria um engessamento para o administrador, o que não era o objetivo do legislador. **Se é possível prorrogar por 60 meses, não seria razoável subordinar a administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência, seguindo o prazo inicialmente avençado no contrato.** Então, nesse aspecto, **não haveria qualquer irregularidade na prorrogação por mais 24 meses do contrato inicialmente avençado, com prazo de 36 meses.** (sem grifos no original)

**18.** Nesse mesmo sentido, são os Acórdão n. 1191/2005-Plenário e Acórdão 838/2004-Plenário. Ambos reforçam o entendimento que na fixação do prazo da prorrogação da vigência devem observar a conveniência da Administração, independentemente de ser por prazo igual à vigência inicial.

**19.** Em arremate, vale mencionar a Orientação Normativa AGU n. 38/2011:

NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA DEVE-SE OBSERVAR QUE: A) O PRAZO DE VIGÊNCIA ORIGINÁRIO, DE REGRA, É DE ATÉ 12 MESES; B) EXCEPCIONALMENTE, ESTE PRAZO PODERÁ SER FIXADO POR PERÍODO SUPERIOR A 12 MESES NOS CASOS EM QUE, DIANTE DA PECULIARIDADE E/OU COMPLEXIDADE DO OBJETO, FIQUE TECNICAMENTE DEMONSTRADO O BENEFÍCIO ADVINDO PARA A ADMINISTRAÇÃO; E C) **É JURIDICAMENTE POSSÍVEL A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO POR PRAZO DIVERSO DO CONTRATADO ORIGINARIAMENTE.** (sem grifos no original)

**20.** Por conseguinte, é pacífico que a prorrogação do contrato pode ocorrer por períodos diversos do originariamente avençado. E, como se observa, no caso em tela, a unidade gestora atesta que a prorrogação pretendida atende perfeitamente as necessidades deste Tribunal, haja vista que a prestação do serviço é desempenhada de forma regular, conforme Manifestação juntada ([0420055](#)). Portanto, embora haja essa diferença no período de prorrogação solicitado, infere-se que não há regularidade jurídica neste aspecto.

**21.** Ademais, verifica-se que o **limite de 60 (sessenta) meses**, previsto pelo art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, **não foi superado**, pois se trata da primeira prorrogação do Contrato n. 08/2018, perfazendo um **ínterim de 36 (trinta e seis) meses**.

**22.** O terceiro e último requisito reside em **preços e condições mais vantajosos para a Administração.** Neste ponto, deve-se analisar, além da pesquisa de mercado, se o custo do novo procedimento licitatório é superior ao da manutenção da avença, pois, a redução do preço de mercado deve ser significativa ao ponto de justificar um novo certame.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**23.** Quanto a compatibilidade do preço praticado no Contrato em exame com o de mercado, a unidade técnica não teve êxito na busca de um preço de referência, conforme Manifestação nº 856/2019-PRES/DG/SAOFC/COSEG ([0420055](#)). Veja-se:

5. Para que mantenha-se a garantia do Sistema VRF, conforme o anexo XVI [0235643](#) do contrato 22/2018, o serviço de manutenção do sistema VRF deverá ser prestado somente por credenciadas pela FAM - AMAZÔNIA (Rede Mitsubishi), sendo que esta unidade solicitou a lista de credenciados para fazer manutenção no sistema (evento sei n. [0414016](#)), sendo um total de dois no estado de Rondônia: O próprio prestador deste contrato e, adicionalmente, a **AIR CLEAN COMERCIO VAREJISTA DE AR CONDICIONADO LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ nº.08.078.066/0001-06, que não demonstrou interesse em responder a cotação 001/2019 (evento sei n. [0410376](#)).

**24.** Sobre o tema, vide as considerações de Gabriela Verona Pércio feitas no livro Contratos Administrativos – Manual para Gestores e Fiscais (p.108-110:

De acordo com o inc. II do art. 57, a prorrogação do contrato deve ocorrer “*com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração*”. Como se observa, **a existência de vantagem é uma condição legalmente imposta à prorrogação contratual**, cuja ausência acarretará sua invalidade. Assim, o processo de prorrogação de um contrato envolve, essencialmente, a demonstração objetiva de que a manutenção da avença é a **melhor opção** para a administração, afastando o dever de licitar. Em qualquer caso, a economicidade é elemento cogente, sendo ilegal e imoral a existência de contrato administrativo antieconômico.

A norma impõe ao gestor do contrato uma conduta proativa, em busca da negociação por vantagens que tornem mais atrativa a manutenção do ajuste. A realidade do mercado e os contratos firmados por outros órgãos e entidades para o mesmo objeto devem nortear a atuação do gestor, que ocupará posição privilegiada na negociação, já que a Administração é detentora do poder de definir se o contrato será ou não prorrogado. É indispensável pesquisar e comparar preços e demais condições ofertadas pelo mercado. **Não havendo êxito na negociação, a prorrogação dependerá da demonstração da conveniência e da oportunidade na continuidade do contrato nos termos em que se encontrar.**

(...)

É certo que a **ponderação de conveniência e oportunidade realizada no momento da prorrogação levará em conta outros fatores**, como o próprio risco de licitar e contratar empresa que venha a desempenhar tão bem o objeto do contrato, o que representará prejuízo muito maior do que a manutenção de um contrato que não seja o menor preço do mercado. Por isso, não há, propriamente, o dever de deixar de prorrogar caso a Administração se depare com preços menores, ressalvado se o valor contratado se mostrar excessivo diante da média de preços obtida na pesquisa.

(...)

Por fim, a vantagem da prorrogação da vigência **não se caracteriza, apenas e tão somente, com a vantagem econômica fundamental que o contrato esteja sendo executado a contento, de forma eficiente e eficaz**. Desse modo, a correta anotação das falhas pelo fiscal do contrato, mesmo as de menor gravidade ou que gerem problemas apenas temporários, é imprescindível para qualquer conclusão. Com base em tais anotações, o gestor do contrato produzirá o relatório que conterá recomendações que embasarão a decisão da autoridade superior de prorrogar ou não o ajuste. (sem grifo no original)





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**25.** Compreende-se da leitura deste excerto que a Administração poderá manter um contrato mesmo se o seu valor esteja superior ao do mercado, basta para tanto demonstrar a **conveniência e o oportunidade**, por meio dos demais aspectos da vantajosidade (por exemplo: técnico e qualidade do serviço). Isso demonstra a relativização da vantajosidade econômica prevista como requisito legal para a prorrogação de contratos administrativos.

**26.** A pesquisa realizada no caso em tela não obteve um preço parâmetro baseado uma pesquisa em diversas fontes, apesar dos esforços do setor responsável. Isso ocorreu principalmente pela restrição do mercado, haja vista que somente duas empresas podem realizar a manutenção e assistência técnica nos produtos de ar condicionados Mitsubishi Eletric, vendidos a este Tribunal pela FAM da Amazônia Indústria e Comércio LTDA, sem comprometer a sua garantia, ainda em vigência, conforme documentos juntados nos eventos [0235643](#) e [0414016](#).

**27.** A empresa AIR CLEAN COMERCIO VAREJISTA D EAR CONDICIONADO LTDA e atual contratada são as credenciadas no estado de Rondônia pela fornecedora dos equipamentos. Aquela não retornou à cotação de preço ([0410376](#)), restando apenas o valor atualizado do atual contrato para verificar a vantajosidade econômica ([0410362](#)), que no caso é R\$ 265.461,12 (duzentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e um reais e doze centavos).

**28.** Contudo, entende-se que deverá ser examinado a contratação em comento de forma global para verificar este pressuposto foi atendido, comprovando nos autos mediante outros meios idôneos o seu atendimento.

**29.** Nessa linha de reflexão, destaca-se que a alteração do valor do contrato na prorrogação, com aumento de **13.053,12** (treze mil cinquenta e três reais e doze centavos), é oriundo do reajuste solicitado pela contratante, previsto na Cláusula 15ª do Contrato nº 008/2018, mantém preço inicialmente contratado já que se trata de uma revitalização do poder aquisitivo da moeda em decorrência da inflação.

**30.** Além disso, na sua manifestação ([0420055](#)) a SEMAP consta o desempenho satisfatório do serviço e a onerosidade de uma nova licitação para contratação do objeto em questão. Assim, verifica que a vantajosidade está preenchida.

**31.** Frisa-se que instituto jurídico ora analisado é regulada na Cláusula Segunda, do Contrato nº 08/2018 ([0301448](#)), *ipsi litteris*:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Este Contrato terá vigência e de execução de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, podendo ser prorrogado à critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses.

**32.** Nesses termos, tendo em vista o preenchimento de todos os requisitos legais, poderá a Administração autorizar a prorrogação por mais 24 (vinte e quatro) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, após analisada sua conveniência e oportunidade.

### **III – DO REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO**

**33.** A pretensão da contratada tem amparo no **Art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93**, trata-se de **reajuste em sentido estrito**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente no Contrato Administrativo nº 08/2018. Veja-se:

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - **data limite para apresentação da proposta** (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

**Subcláusula Primeira** - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do CONTRATADO.

**Subcláusula Segunda** – Caso o CONTRATADO não solicite tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

**34.** Segundo Marçal Justen Filho, o “Reajuste consiste na indexação dos preços contratuais, submetendo-os a variação periódica e automática segundo a flutuação de índices predeterminados”. Ou seja, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração, quando completado o lapso de 12 meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**35.** O Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704, assim orienta:

Para concessão de reajuste, o marco inicial conta-se **da data da apresentação da proposta** ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme previsto no edital e no contrato, ou ainda do último reajustamento. (sem grifo no original)

**36.** Ademais, necessário se faz mencionar o entendimento da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, com relação ao conceito do instituto em estudo, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico-financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. **Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio.** Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela.

O que se afirmar é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (sem grifo no original)

**37.** A data limite para apresentação da proposta da empresa contratada J FECCHIO JUNIOR a este TRE/RO foi no **18/04/2018**, conforme se verifica no Edital nº 18/2018 ([0281603](#)). Portanto, trata-se aqui de **reajuste acumulado no período de abril/2018 a abril/2019**.

**38.** É necessário esclarecer que, embora o gestor, em sua manifestação ([0420055](#)), tenha fixado a data inicial, para a contagem do período mínimo de um ano para a concessão de reajuste, no dia 04/04/2018. Isso não impactará no percentual apurado (5,17144%) haja vista que o IPCA é medido levando em consideração o mês.

**39.** Verifica-se que a pretensão do caso em comento está amparada legalmente, pois o reajuste com base no IPCA está previsto em cláusula contratual e obedece ao prazo mínimo ajustado, conforme informado pela unidade gestora da contratação. Portanto, as faturas devem ser pagas a partir do mês de abril/2019 com os novos valores reajustados, conforme informações inseridas no evento [0420055](#) e, para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste.

**40.** De notar que o entendimento da cláusula contratual citada não se harmoniza com o posicionamento do TCU e da AGU, que



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

claramente responsabilizam a administração pela aplicação automática do reajuste estrito senso nos contratos administrativos, vejamos novamente texto do **Parecer nº 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**:

(...)

**39.** A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.

(...)

**41.** O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que *"A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço"* (Acórdão nº 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).

**42.** Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.

**43.** Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.

(...)

**41.** No vertente caso, as **SUBCLÁUSULAS 1ª e 2ª da CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** estabelece o encargo do contratado de solicitar o reajuste e, caso não o faça, a sua preclusão. Todavia, esta unidade jurídica compartilha do entendimento da AGU e TCU. Dessa feita, a referida cláusula merece reparos que já foi feitos pela SECONT na elaboração da minuta ([0420277](#)).

**42.** Enfatiza-se que, nos reajustes futuros, a unidade gestora proceda **automaticamente** a apuração dos índices de reajuste e, em seguida, a tramitação pertinente para sua aplicação, independente de solicitação da contratada.

## **IV – DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**43.** O Contrato n. 08/2018 ([0301448](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

**CLÁUSULA SEXTA** – Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar GARANTIA no valor de **R\$ 12.620,40** (doze mil seiscentos e vinte reais e quarenta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/93, com validade durante a execução deste Ajuste e 3 (três) meses após o término de sua vigência.

**44.** A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA n. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

**45.** A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário)** (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 - Plenário.** (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 - Plenário.** (sem grifo no original)

**46.** Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar nova garantia correspondendo a 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do Ajuste.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **V - ANÁLISE DA MINUTA DO 1º TERMO ADITIVO**

**47.** Juntou-se aos autos minuta do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2018 ([0420277](#)), a qual, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. **Contudo, deve-se alterar a data do início dos efeitos financeiros contida no item 4 da Cláusula Primeira da minuta (04/04/2019) para 18 de abril de 2019, conforme explanado nos tópicos 29 e 30 deste parecer.**

### **VI – DA CONCLUSÃO**

**48. Pelo exposto**, com escopo nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer, esta Assessoria entende que:

a) a autoridade competente, observados os requisitos legais e a comprovação de disponibilidade orçamentária para suporte da despesa, poderá efetivar a **prorrogação contratual por mais 24 (vinte) meses, condicionada à demonstração de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.**

b) é devida à aplicação do reajuste **contratual** no patamar de **5,17144 %** (cinco inteiros e dezessete mil, cento e quarenta e quatro milésimos por cento) referente aos meses de abril de 2018 e abril de 2019.

**49.** Quanto à minuta do Primeiro Termo Aditivo juntada aos autos ([0420277](#)), para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos. Contudo, antes de sua assinatura deve-se corrigir o erro material apontado no tópico 47.

**50.** Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inabilitada regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração da autoridade superior.

---

Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 06/06/2019, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 06/06/2019, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001556-82.2017.6.22.8000

INTERESSADO: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ASSUNTO: Prorrogação dos prazos de vigência e de execução do contrato 22/2018

**DECISÃO Nº 262 / 2019 - PRES/ASSPRES**

Vistos.

Os autos eletrônicos em tela foram instaurados com a finalidade de encartar os documentos e atos necessários contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, do sistema de climatização instalados nos prédios edifício-sede e do Depósito de Urnas (Anexo II) do TRE-RO, localizados em Porto Velho-RO.

Após regular procedimento licitatório, este Regional e a empresa J FECCHIO JUNIOR firmaram o **Contrato Administrativo nº 08/2018/2018 (0301448)**, no qual, conforme cláusula segunda, restou consignada vigência e de execução de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, podendo ser prorrogado à critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93, mediante Termo Aditivo, por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A empresa atualmente contratada foi notificada a manifestar interesse na referida prorrogação, sinalizando de forma positiva, conforme evento n. [0410362](#). Além disso, ainda em sua resposta, a contratada **requereu a aplicação de reajuste**, conforme preceitua a Subcláusula Primeira da Cláusula Décima Quinta do referido contrato.

A questão em tela foi objeto de prévia análise e estudo jurídico pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, conforme Parecer n. [0421804](#). Naquela ocasião, a referida assessoria **aprovou** os termos da minuta carreada ao processo pelo evento [0420277](#) e **opinou pela possibilidade**, observados os requisitos legais e a comprovação de disponibilidade orçamentária para suporte da despesa, de **prorrogação contratual por mais 24 (vinte) meses**, condicionada à demonstração de regularidade fiscal e trabalhista da contratada, bem como pela aplicação de reajuste contratual.

No mesmo sentido foram as manifestações da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) e Diretoria-Geral, consoante se extrai dos eventos [0422114](#) e [0424280](#).

### **Decisão.**

A possibilidade de prorrogação contratual é matéria pacífica, uma vez que prevista no art. 57, §1º, V, da Lei n. 8.666/1993 (impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência) e, também, na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 022/2018 ([0340789](#)).

Sob o aspecto da necessidade e utilidade da prorrogação pretendida, o exame do feito revela que a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo à integridade dos equipamentos componentes do sistema de climatização deste Regional, bem como à própria atividade desempenhada por este órgão, dada severidade das temperaturas típicas do clima amazônico.

Extrai-se dos autos que o serviço de manutenção do sistema VRF deverá ser prestado somente por credenciadas pela FAM - AMAZÔNIA (Rede Mitsubishi), sendo apurado pelo gestor do contrato **apenas dois prestadores aptos no estado de Rondônia**: a empresa já contratada por este Tribunal e a empresa AIR CLEAN COMERCIO VAREJISTA DE AR CONDICIONADO LTDA-EPP, inscrita no CNPJ nº.08.078.066/0001-06, que **não demonstrou interesse em responder a cotação 001/2019** (evento sei n. [0410376](#)).





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No tocante ao reajuste, denota-se que a pretensão da contratada tem amparo nos artigos **40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93** e, também, na **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA do Contrato Administrativo nº 08/2018**.

Já no que concerne ao marco referencial e percentual para aplicação do reajuste previsto no Edital do Pregão Eletrônico n. 18/2018, é oportuno ventilar as considerações feitas pela Diretoria-Geral na Manifestação n. 935 ([0424280](#)):

O Edital de Pregão Eletrônico nº 018/2018 estabeleceu que as propostas seriam recebidas até às 14h30 do dia 2 de maio de 2018 ([0281603](#)). Portanto, a data limite para apresentação das propostas é a data final (2/5/2018), não a inicial (18/4/2018). Dessa forma, o índice acumulado deverá ser o do período de **maio/2018 a maio de 2019**, posto que a data limite para apresentação da proposta da empresa a este Tribunal foi **02/05/2018**.

Neste contexto, conforme apurado pela SAOFC, a variação acumulada do IPCA para este período (maio/2018 a maio de 2019) **seria de 5,077000% e não 5,17144%**, conforme informado pela unidade gestora (abril/2018 a abril/2019). Assim, a contratada faz jus ao reajuste após 12 (doze) meses, contados do prazo limite para a apresentação da proposta.

Quanto ao período compreendido entre 02/05 a 20/06/2019, o contrato deverá ser reajustado no valor de R\$ 1.708,63 (um mil setecentos e oito reais e sessenta e três centavos), e o pagamento deste valor deverá ser realizado mediante fatura complementar emitida pela contratada.

Ante as informações coligidas, considerando também a legislação de regência, a previsão contratual e as manifestações das unidades previamente ouvidas, **DECIDO**:

**a) PRORROGAR o Contrato Administrativo n. 08/2018 ([0301448](#)), por mais 24 (vinte e quatro) meses**, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia da regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento no [Inc. II do art. 57 da Lei n. 8.666/93](#) e ainda Cláusula Segunda do Contrato;

**b) AUTORIZAR o reajuste**, no percentual de **5,077%**, referente aos meses de maio/2018 a maio/2019, **com efeitos financeiros** a partir de **02/05/2019**, tendo um **impacto financeiro de R\$12.814,75** (doze mil oitocentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos), com



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fulcro nos [inc. III e V do art. 55 da Lei n. 8.666/1993](#) e, ainda, Cláusula Décima Quinta do Contrato;

**c) AUTORIZAR a atualização dos valores do Contrato n. 08/2018 (0301448), fixando seu novo valor em R\$ 530.445,50 (quinhentos e trinta mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos), devido ao impacto do índice aplicado, com fulcro no [art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93](#) e [Acórdão TCU 749/2010 –Plenário](#);**

**d) DETERMINAR a apresentação da nova garantia contratual no valor de R\$ 26.522,27 (vinte e seis mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e sete centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o novo valor contratual, observadas todas as condições e prazos constantes no contrato inicial e ainda devendo a contratada ser notificada, com fulcro no [§2º do art. 56 da Lei 8.666/93](#);**

**e) AUTORIZAR o pagamento da fatura complementar, referente ao período de 2 de maio a 20 de junho de 2019, a ser emitida pela contratada, no valor de R\$ 1.708,63 (um mil setecentos e oito reais e sessenta e três centavos); e**

**f) DETERMINAR a alteração da Cláusula Décima Quinta do Contrato n. 08/2018, no tocante à concessão do reajuste de forma automática, conforme já ajustado na minuta constante do evento n. [0420277](#).**

À Diretoria-Geral e à SAOFC para as providências decorrentes desta Decisão.

Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, junho de 2019.

Desembargador **Sansão Saldanha**, Presidente.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO N. 08/2018.**

**TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO N. 08/2018**

**PROCESSO SEI N. 0001556-82.2017.6.22.8000**

**PREGÃO ELETRONICO N. 18/2018**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA J FECCHIO JUNIOR - ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE E DO DEPÓSITO DE URNAS (ANEXO II) DO TRE-RO, DA MARCA MITSUBISHI, DO TIPO EXPANSÃO DIRETA VRF-MULTI-SPLIT, COMPREENDENDO, TAMBÉM, O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E, DE FORMA EXCEPCIONAL, O FORNECIMENTO DE PEÇAS NECESSÁRIAS À MANUTENÇÃO CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS.**

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, comparecem, de um lado, a UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador SANSÃO SALDANHA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 274.136 – SSP/DF e CPF nº. 059.977.471-15, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **J FECCHIO JUNIOR**, inscrita no CNPJ sob o n. 24.485.960/0001-57, com sede na Rua México, n. 1785, Bairro Nova Porto Velho, Município de Porto Velho,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Estado de Rondônia, CEP: 76820-152, Telefone: (69) 3219-2879 / 98466-0000, E-mail: [ventosul.ro@gmail.com](mailto:ventosul.ro@gmail.com), neste ato representada pelo Senhor **JOÃO FECCHIO JUNIOR**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 550817/SSP- RO e CPF nº 690.797.062-72, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a Autorização constante na DECISÃO n. 262/2019/ASSPRES, de 17/06/2019, celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

### **DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

1. **Prorrogar** o prazo de vigência do Contrato nº 08/2018 por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 21/06/2019 a 20/06/2021;
2. **Alterar** a redação da Cláusula Décima Quinta (DO REAJUSTE) do Contrato nº 08/2018, que passará a constar a seguinte redação:

**Cláusula Décima Quinta** – Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, deverão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado.

3. **Excluir** a Subcláusula Primeira e a Subcláusula Segunda da Cláusula Décima Quinta (DO REAJUSTE) do Contrato nº 08/2018; e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. **Registrar** o reajuste de **5.077%** sobre o valor estimado dos serviços objeto do Contrato nº 08/2018, decorrente da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA apurado no período de maio de 2018 a maio de 2019, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 02 de maio de 2019.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O valor estimado deste Termo Aditivo ao Contrato n. 08/2018 é de **R\$ 530.445,50**(quinhentos e trinta mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos), correspondente ao somatório do valor relativo à prorrogação contratual e do valor relativo ao reajuste contratual de **5.077%** indicados, respectivamente, na Cláusula Primeira deste instrumento.

<b>TABELA 1</b>				
<b>VALOR</b>		<b>IPCA APLICADO</b>	<b>VALOR ANUAL ATUALIZADO</b>	<b>VALOR MENSAL</b>
<b>Serviços</b>	<b>R\$ 222.408,00</b>	5,077000%	R\$ 233.699,65	R\$ 19.474,97
<b>fixo</b>	<b>R\$ 30.000,00</b>	5,077000%	R\$ 31.523,10	R\$ 2.626,92
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 252.408,00</b>		<b>R\$ 265.222,75</b>	<b>R\$ 22.101,89</b>
<b>TOTAL 24 MESES</b>			<b>R\$ 530.445,50</b>	



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fonte: Manifestação nº 856/2019SEMAP (evento [0420055](#) do processo respectivo) e Manifestação n. 903/2019/GABSAOFC (evento [0422114](#)).

**Subcláusula Primeira** – O valor total atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 –Plenário), é de R\$ **530.445,50**.

**Subcláusula Segunda** - As despesas com a execução do presente aditivo correrão à conta do Orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, PROGRAMA DE TRABALHO 02122057020GP0011, NATUREZA DA DESPESA 33.90.39.16 e 33.90.30.24, conforme Notas de Empenho 2019NE000009, de 11/01/2019 e 2019NE000232, de 20/03/2019, a ser reforçada, caso necessário.

### **DA GARANTIA**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Em decorrência do reajuste e da prorrogação consoante Cláusula Primeira, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **Administração do CONTRATANTE**, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste instrumento**, **prorrogação da garantia contratual no valor de R\$ 26.522,27** (vinte e seis mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte e sete centavos), correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste aditivo, observadas todas as condições e prazos constantes no contrato inicial (Cláusula Sexta) e na legislação referida (art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93).

### **DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA QUARTA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei 8666/93 e na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 08/2018 (Prorrogação), no art. 60 da Lei n. 8.666/93 (alteração de redação), e no art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993 e Cláusula Décima Quinta do contrato originário (Reajuste).

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário que não tenham sido alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o Presente Termo Aditivo assinado através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 18 de junho de 2019.

--	--

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Desembargador SANSÃO SALDANHA</b> Pelo Contratante	<b>JOÃO FECCHIO JUNIOR</b> Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Edmundo Nogueira CPF: 010.618.252-80 Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 08/2018/TRE-RO****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão de aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b>
Contrato n. 08/2018 (assinado em 20/06/2018) – Volume VI do PA (evento n. <a href="#">0301448</a> )  Vigência de 12 meses, a contar de 20/06/2018 até 20/06/2019.  Valor: R\$ 252.408,00  Garantia: R\$ 12.620,40	R\$ 252.408,00	-
1º Termo Aditivo (assinado em ____/____/2019) – Volume IX do PA (evento n. 0425444)  Prorrogação por mais 24 meses, a contar de 21/06/2019 até 20/06/2021 + Reajuste	R\$ 530.445,50	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de <b>5.077%</b>		
Valor: R\$ 530.445,50		
Garantia: R\$ 26.522,27		

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

<b>VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE CÔMPUTO DE EVENTUAIS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 530.445,50
---	----------------

<b>PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%
---	-------

---

Documento assinado eletronicamente por **JOÃO FECCHIO JUNIOR, Usuário Externo**, em 18/06/2019, às 13:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **SANSÃO BATISTA SALDANHA, Presidente**, em 18/06/2019, às 18:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 19/06/2019, às 07:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

Documento assinado eletronicamente por **Edmundo Nogueira, Estagiário**, em 19/06/2019, às 13:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190113  
Disponibilização: 19/06/2019  
Publicação: 24/06/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-  
ro.jus.br



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Publicação do Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO 18/2018, assinado em 18/06/19. Contratada: J FECCHIO JUNIOR., CNPJ 24.485.960/0001-57. Objetos: I) Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 08/2018 por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 21/06/2019 a 20/06/2021; II) Alterar a redação da Cláusula Décima Quinta (DO REAJUSTE) do Contrato nº 08/2018; III) Excluir a Subcláusula Primeira e a Subcláusula Segunda da Cláusula Décima Quinta (DO REAJUSTE) do Contrato nº 08/2018; e IV) Registrar o reajuste de 5.077% sobre o valor estimado dos serviços objeto do Contrato nº 08/2018, decorrente da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA apurado no período de maio de 2018 a maio de 2019, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de 02 de maio de 2019. Total: R\$ 530.445,50. Fundamentação: Art. 57, II, da Lei 8666/93 e na Cláusula Segunda do Contrato (Prorrogação), no art. 60 da Lei n. 8.666/93 (alteração de redação), e no art. 55, III e V, da Lei nº 8.666/1993 e Cláusula Décima Quinta do contrato (Reajuste). Programa de Trabalho: 02122057020GP0011, Natureza da Despesa 33.90.39.16 e 33.90.30.24, Notas de Empenho 2019NE000009, 11/01/19 e 2019NE000232, de 20/03/2019. Ato de Autorização DECISÃO Nº 262/2019 - PRES/ASSPRES, de 17/06/19. Signatários: pelo Contratante, o Senhor Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, e pela Contratada, o Senhor JOÃO FECCHIO JUNIOR. Processo SEI 0001556-82.2017.6.22.8000.

---

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 19/06/2019, às 08:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

## DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 118, sexta-feira, 21 de junho de 2019

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2019

PAD 6048/2019 - Origimário do Contrato 116/2017. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Contratada: D. M. S. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - ME. CNPJ da Contratada: 10.690.994/0001-79. Objeto: Acréscimo de 01 (um) posto de auxiliar de limpeza de 20 (vinte) horas semanais. Valor: R\$ 7.597,63. Fundamento Legal: artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93. Vigência: 03/06/2019 a 27/09/2019. Data de Assinatura: 03/06/2019.

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO DIRETORIA-GERAL

#### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE. SEI 0018146-07.2019.6.17.8000. OBJETO: Contratação de empresa para realização do curso EAD - Levantamento e Gerência de Requisitos, com duração de 24 horas/aula, para capacitação de 04 servidores do TRE/PE, na modalidade telepresencial. CREDOR: FATTO CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA - EPP. CNPJ: 02.434.797/0001-60. FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, II, da Lei n. 8.666/93. PERÍODO: 02/09/2019 a 16/10/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa: 0212057020GP0026; Natureza da Despesa: 339039; Nota de Empenho: 2019NE000595, de 18/06/19; Valor do Empenho R\$ 1.596,00. AUTORIZAÇÃO: Alda Isabela Saraiva Landim Lessa, Diretora Geral, em 17/06/2019.

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo nº 01 ao Contrato 003/2019. SEI 0039957-57.2018.6.17.8000. CONTRATANTES: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e HN SAUDE AMBIENTAL LTDA. CNPJ: 05.875.209/0001-12. OBJETO: alteração dos números 5 e 8 do item 4.1 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 02/19, resultando, respectivamente, na alteração do endereço e da área estimada do imóvel do Depósito de Patrimônio (Recife/PE) e na alteração do endereço do imóvel onde funcionam as 12ª e 14ª Zonas Eleitorais, conforme Anexo Segundo, que passa a constar do instrumento contratual. FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, I, a, da Lei nº 8.666/93 e art. 55, da Lei nº 9.784/99. DATA DE ASSINATURA: 18/06/2019. SIGNATÁRIOS: pelo Contratante, Alda Isabela Saraiva Landim Lessa, Diretora Geral, e pela Contratada, Lucimara Conceição Monteiro de Queiroga, Administradora.

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1) Processo Administrativo Eletrônico nº 2091/2012/protocolo nº 4902/2012; 2) Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2015 - TRE/RN; 3) Objeto: a) Prorrogação da vigência por mais 12 (doze) meses, de 13/08/2015 a 13/08/2017; b) Acréscimo quantitativo de R\$ 1.312.100,00 ao objeto do contrato, valor que corresponde a 25% do valor total do contrato. Em decorrência do acréscimo, o valor total do contrato passa para R\$ 6.560.500,00; 4) Contratada: COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE - COSERN (CNPJ nº 08.324.196/0001-81); 5) Fundamento legal: art. 57, II e 65, I, alínea "b", e §1º da Lei nº 8.666/1993; 6) Ratificação: Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições não retificadas por este instrumento; 7) Data de Assinatura: 09/05/2019; 8) Signatários: Pela Contratante, Simone Maria de Oliveira Soares Mello, Diretora-Geral do TRE/RN e, pela Contratada, Fabíola Maria da Cruz de Almeida e Guilherme Gilson Sousa de Oliveira.

#### AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO Nº 14/2019

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 22882019, publicada no D.O.U. de 17/05/2019. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa de engenharia para a execução de serviços de manutenção na edificação que abriga o Fórum Eleitoral de Macaíba/RN. Novo Edital: 21/06/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Rui Barbosa Nº 215 - Tirol Tirol - NATAL - RN/Entrega das Propostas: a partir de 21/06/2019 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 04/07/2019, às 14h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

SIMONE MARIA DE OLIVEIRA SOARES MELLO  
Diretora-geral

(SIDEAC - 19/06/2019) 070008-00001-2019NE000041

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE CONTRATOS

#### EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio. 01/2019, firmado entre o TRE-RS e a Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04. OBJETO: Concessão de empréstimos mediante consignação em folha de pagamento de servidores. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116 da Lei n. 8.666/1993. VIGÊNCIA: 03-6-2019 a 02-6-2022. SIGNATÁRIOS: Des. Marilene Bonzanini e Sr. Marcos de Souza Oliveira. Proc. SEI n. 0004050-73.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 03-6-2019.

#### SEÇÃO DE LICITAÇÕES

#### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 25/2019

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul comunica o resultado da licitação homologada. Vencedor: LFN Comércio e Serviços Ltda., pelo preço total de R\$ 49.500,00.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO  
Diretor-Geral

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Extrato do 3º T.A. ao Contrato TRE-RO 027/2017, de 18/06/19. Contratada: FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. CNPJ 01.693.698/0001-30. Objeto: I) Prorrogar o prazo de vigência por mais 150 dias corridos, a contar de 03/08/2019 e o prazo de execução por mais 150 dias corridos, a contar de 19/06/2019. Fundamentação: Art. 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93, e na CLÁUSULA 4ª, Subcláusula 4ª, do Contrato. Autorização DECISÃO 278/ASSPRES, de 19/06/19. Signatários: Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, e, pela Contratada, FRANCISCO DE ASSIS VARGAS. Processo 0002397-77.2017.6.22.8000.

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato TRE-RO 18/2018, de 18/06/19. Contratada: J. FECCCHIO JUNIOR, CNPJ 24.485.960/0001-57. Objeto: I) Prorrogar o prazo de vigência por mais 24 meses, a contar de 21/06/19; II) Alterar a redação da Cláusula Décima Quinta do Contrato; III) Excluir a Subcláusula Primeira e a Subcláusula Segunda

da Cláusula Décima Quinta do Contrato; e IV) Registrar o reajuste de 5,077% sobre Contrato, decorrente da variação do IPCA, período de maio/2018 a maio/2019, efeitos a partir de 02/05/19. Fundamentação: Art. 57, II, Lei 8666/93 e na Cláusula Segunda do Contrato, no art. 60 da Lei 8.666/93, e no art. 55, III e V, Lei 8.666/93 e Cláusula Décima Quinta do contrato. Valor: R\$ 530.445,50. Programa de Trabalho: 0212057020GP0011, Natureza da Despesa 33.90.39.16 e 33.90.30.24, Empenho 0009, 11/01/19 e 0232, de 20/03/2019. Autorização: DECISÃO 262/ASSPRES, de 18/06/19. Signatários: pelo Contratante, Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, e pela Contratada, JOÃO FECCCHIO JUNIOR. Processo 0001556-82.2017.6.22.8000.

#### DIRETORIA-GERAL

#### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Extrato das ARPs 38/2019, decorrentes do Pregão Eletrônico 05/2019. Processo 0003196-86.2018.6.22.8000. 1ª) ARP 33/2019 - Adjudicatária: PONTIER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI. CNPJ: 31.808.307/0001-47. II) Item 20 do Edital. Quant. 82. Vlr. Unit. R\$ 224,99. Valor total da ARP R\$ 18.449,18. Vigência das Atas: 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinadas por LIA MARIA ARAUJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, em 13.06.2019 e pelo representante da empresa, em data diversa.

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA DIRETORIA-GERAL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TRE/RR 2TA CT23/2018; 0001327-61.2018.6.23.8000; Contratada: Extremo Norte Serviços de Limpeza EIRELI; Objeto: prorrogação de vigência. Assinatura: 19/06/2019. Pelo TRE/RR: Alex Caon Fin, Diretor-Geral; Pela Contratada: Tamachi Gomes Nakasaki

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

#### EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº 0007254-60.2019. Espécie: Credenciamento nº 15/2019. Objeto: Prestação de serviços profissionais de fisioterapia nas áreas de ortopedia, reumatologia e algumas patologias neurológicas postural, acupuntura (ortopedia) e atividade de reforço muscular com aparelho de eletroestimulação de mais de 50% de grupos musculares ao mesmo tempo. Fundamento Legal: Artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, c/c o artigo 10 da Resolução TRE-TO nº 431/2018. Credenciante: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Credenciada: GEORGTON T. B. M. PACHECO - EIRELI (FISOTON), CNPJ nº 03.635.388/0001-95. Preços: Valores da tabela de Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), ou ainda, segundo tabela aprovada pelo Conselho Deliberativo - CODEL, para serviços hospitalares e outros da área de saúde. Vigência: 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura. Assinatura: 19/06/2019. Signatários: pelo Credenciante, José Machado dos Santos, Diretor-Geral, Flavio Jose Henriques de Araújo, Secretário de Gestão de Pessoas em substituição e Mary Carlos Freire, Coordenadora de Assistência Médica e Social; e, pela Credenciada, Geornton Thome Bujar Moura Pacheco.

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo SEI 0004200-23.2018. Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 38/2018. Contratante: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins. Contratada: Centro Oeste Vigilância e Segurança EIRELI (CNPJ 04.701.639/0002-36). Objeto: Repactuar os preços contratados em decorrência de Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2019 ter majorado, a partir de 1º de janeiro de 2019, o piso salarial, o valor do auxílio alimentação e da participação no custeio da assistência médica odontológica da categoria empregada no Contrato nº 38/2018, bem como adequar a redação do item 9.4.2, da Cláusula Nona, para evitar interpretação conflitante com o item 5.4, da Cláusula Quinta, todos do instrumento contratual. Fundamentação: Art. 40, inciso XI, e 55, inciso III, todos da Lei nº 8.666/1993. Novo Valor Mensal do Contrato: R\$ 145.896,31. Assinatura: 19/06/2019. Assinam, pela Contratante: José Machado dos Santos, Diretor-Geral, e Teodomiro Fernandes Amorim, Secretário de Administração e Orçamento, e pela Contratada: Rodrigo de Oliveira.

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS SECRETARIA DE RECURSOS MATERIAIS

#### EXTRATO DE CONTRATO

a) Espécie: Contrato de Credenciamento 104/2019, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDF, e a CLÍNICA DE ATENDIMENTO DE FONOAUDIOLÓGIA E FISIOTERAPIA S/S LTDA (CLAFF). b) Objeto: Prestação de serviços de assistência à saúde aos beneficiários do PRÓ-SAÚDE do TJDF, no âmbito do DF. c) Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. d) Vigência: 60 meses, a partir de sua publicação no DOU. e) Data da assinatura: 19/06/2019. f) PA: 0012394/2019.

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 0001148/2019. OBJETO: Execução, por empreitada por preço unitário, dos serviços de monitoramento e condições de segurança da estrutura do Bloco D do TJDF, em caráter emergencial, com emissão de relatórios técnicos parciais e final sobre a segurança no uso da edificação. CONTRATADA: GOMES TEC ANÁLISES CONSULTIVA EIRELI. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, IV, da Lei 8.666/93. VALOR TOTAL: R\$ 309.910,00. AUTORIDADE E DATA DA RATIFICAÇÃO: Desembargador Romão C. Oliveira, Presidente do TJDF, 19/06/2019.

#### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 0007661/2019. OBJETO: Participação de 14 servidores do TJDF no "Treinamento CompTIA Security+", a realizar-se em Brasília/DF, de 24/06 a 05/07/2019, com carga de 40 h/a. CONTRATADO: UNICIT CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL LTDA. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei 8.666/93. VALOR TOTAL: R\$ 22.227,52. AUTORIDADE E DATA DA RATIFICAÇÃO: Desembargador Romão C. Oliveira, Presidente do TJDF, 19/06/2019.

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a) Espécie: Termo Aditivo 09 ao Contrato de Prestação de Serviço 115/2015, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDF, e a W&E Serviços Técnicos Eireli - EPP (Ecologic Dedetizadora e Desentupidora). b) Objeto: Prorrogar o prazo de vigência e reajustar o valor do contrato inicial. c) Fundamento Legal: Cláusulas 13ª e 19ª do contrato inicial c/c art. 2º da Lei 10.192/2001 e art. 57, II, da Lei 8.666/93. d) Prorrogação: De 03/07/2019 a 03/07/2020. e) Vigência e eficácia: A partir da publicação no DOU. f) Valor estimado do contrato para o período de 12 meses: R\$ 48.752,37. g) Data da assinatura: 19/06/2019. h) PA: 0022188/2014.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.in.gov.br/interatividade.html>, pelo código 0530201906210122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

